

“REDE PINTADAS” – TECENDO DESENVOLVIMENTO LOCAL E CAPITAL SOCIAL E ARTICULANDO A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO SEMI-ÁRIDO BAIANO

REUELIO MARQUES RIOS

Graduado em Geografia (UNEB).

Ex-Bolsista de Iniciação Científica (Picin/UNEB).

Pesquisador associado ao NECC (UNEB)

ANTONIO MUNIZ DOS SANTOS FILHO

Mestre em Geografia (UFBA).

Professor Assistente do Departamento de Ciências Exatas e da Terra - Campus I (Colegiado de Urbanismo) – UNEB.

Pesquisador associado aos Núcleos TERRITÓRIOS e NECC (UNEB)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as cinco dimensões do desenvolvimento local no município de Pintadas - Bahia, que, conforme propõe Brose (2000), são: Inclusão Social, Fortalecimento da Economia Local, Inovação na Gestão Pública, Gestão Ambiental e Mobilização Social. Essas proposições são viabilizadas através da organização da sociedade civil institucionalizada no Projeto “Rede Pintadas”. Analisamos a adoção das estratégias organizacionais para o empoderamento, a gestão participativa e, conseqüentemente, o adensamento do Capital Social gerado na comunidade local. Essa constatação dá-se quando os indivíduos unem-se para enfrentar os obstáculos, organizando-se em redes com objetivo de melhorar a qualidade de vida da população. Trata-se de um rico universo de ações positivas, através das quais a constituição de novos espaços públicos ocorre graças a articulação da Rede Pintadas envolvendo atores próximos e longínquos, públicos e privados.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Capital Social e Dinâmica Territorial

Introdução

O presente trabalho busca entender as formas de organização e atuação dos grupos sociais do município de Pintadas - Bahia, que executam um modelo alternativo de desenvolvimento, pautado em princípios de sustentabilidade e solidariedade, contrapondo o modelo socioeconômico vigente, baseado no capitalismo tradicional. Analisa o desempenho institucional do “Projeto Rede Pintadas”, avaliando as

contribuições da participação cidadã para o fortalecimento do Capital Social, do Desenvolvimento Local e da Dinâmica Territorial do município. As transformações no mundo globalizado, fragmentário e seletivo, as quais, segundo Vieira (2005), situam-se no âmbito da organização econômica, das relações sociais, dos padrões de vida e cultural e das transformações do Estado e da política, têm levado as sociedades e governos a repensarem suas formas de organização e atuação. Nesse contexto, as funções das instituições têm ganhado respaldo para reduzir as incertezas, facilitar a atuação dos indivíduos – sociedade civil organizada – e conduzir o desenvolvimento local pelo viés do empoderamento, discutindo o conceito de democracia, compromisso e construção do projeto de sociedade. A respeito do empoderamento, Baquero e Hammes (2006, p. 261) explicita:

(...) refere-se a um processo que visa a fortalecer a autoconfiança de grupos populacionais desfavorecidos, com o propósito de capacitar indivíduos para a articulação de interesses individuais e comunitários na busca do bem comum. Assim, busca dotar os indivíduos de autonomia e de capacidade de intervenção na realidade de modo a lhes permitir uma vida autodeterminada e auto-responsável nos processos de participação, discussão e decisão.

De acordo com Mcgee e Nierras (2003), no processo democrático representativo, o cidadão exerce seu “poder” apenas na hora de votar, não podendo participar efetivamente da forma de governo. Essa concepção de democracia reside no pragmatismo burocrático e não oferece ao cidadão viabilidade de controlar e/ou acompanhar a gestão. Esse tipo de governo é centralizador e reproduz as desigualdades sociais, econômicas e políticas. Diferentemente, a democracia participativa preocupa-se com o envolvimento do cidadão não eleito na tomada de decisão das políticas institucionais locais, possibilitando mecanismos para o enriquecimento da vida política e administrativa dinamizando a capacidade de resposta dos serviços públicos às angústias sociais.

As formas de democracia participativa são indubitavelmente melhores para desvelar as preferências e necessidades do povo, já que o envolvem na tomada de decisão e deliberação, oferecendo escopo para tratar as desigualdades através do processo inclusivo de indivíduos ou grupos organizados com o governo local. Nessa prospecção, vem-se resgatando o sentido de sociedade civil, potencializando-a na perspectiva de articulação entre esta e o setor público - Estado, conforme proposta

constitucional de descentralização e redistribuição de poder. A respeito da participação cidadã, e o envolvimento com o Estado, Scherer-Warren (1993, p. 53) discorre:

Com isso, não podemos inferir que Estado e sociedade civil são autônomos. Os dois se interpenetram em suas dinâmicas próprias. Todavia, o Estado, enquanto aparelho, possui um campo institucional de atuação privilegiada, e a sociedade civil, pela sua força numérica e vital na produção social, poderá ter uma atuação mais ou menos agressiva na transformação do social.

O Nordeste, incontestavelmente, é uma das regiões do país que mais sofreu como campo experimental para novas políticas públicas de desenvolvimento econômico. Conforme análise historicizada do “*discurso e prática da política nordestina*” feita por Castro (1992), percebemos que no sistema político nordestino há um acentuado (des)compromisso territorial de seus representantes, sobretudo de uma elite política conservadora, em cuja agenda a justiça social não figura, embora os discursos utilizados aproveitem-se, da escassez da água e dos alimentos, mazelas sociais dessa região semi-árida, numa forma dependentista, para as estratégias desta elite preservar o *status quo* politicamente favorável à sua posição, e no qual as questões sociais e políticas se tornaram pouco alteradas. Por mais que esses discursos inferissem desenvolvimento econômico para o Nordeste, continuava um processo em que se “produzia um quadro cujo formato podia variar do clientelismo à estagnação, passando pelo paternalismo, sem que qualquer tipo de dirigismo transformador tenha real possibilidade de impor-se” (CASTRO, 1992, p. 211).

A Bahia, por sua vez, tem em sua trajetória política, um formato análogo ao abordado por Castro (1992). Neste Estado, a arena pública acentuava um processo de exclusão social em detrimento dos interesses hegemônicos da elite política centralizadora para quem a troca de favores promovia a perpetuação do ‘voto de cabresto’. Além disso, a escala do governo local confluía para uma reprodução desses interesses, tornando-se um (re)produtor de desigualdade social e da pobreza.

No entanto, tal realidade vem sendo modificada, já que a perspectiva de reformulação da Constituição Federal de 1988 legou uma significativa conquista pela participação eleitoral, bem como na criação de canais de mecanismos para fiscalização do Estado pela população, colocando os atores sociais como agentes de mudança de suas realidades, por meio de uma maior responsabilização no destino de seus municípios. Em relação à gestão dos municípios brasileiros, houve um processo de descentralização, negociada pelo governo federal, porém não ocorreu de forma

homogênea. De modo geral, acreditamos que seja positivo esse processo, por provocar a busca de capacitação maior para a gestão de políticas no município, além de possibilitar o diálogo do gestor com a população para construírem conjuntamente políticas participativas. Neste novo cenário de valoração da democracia participativa nos processos decisórios, seus impulsionadores fazem valer-se como sujeitos principais na busca de equidade dos resultados das políticas públicas. Todo esse processo fez gerar um tecido sócio-espacial cada vez mais integrado aos interesses locais. Conforme indica Teixeira (2001), a participação cidadã nas suas diferentes dimensões, contribui para o fortalecimento da sociedade civil, que passa a exercer um importante papel na democratização do Estado e das instituições locais. A esse respeito, Farah (2000) discorre:

A construção dessa nova imagem supõe o reconhecimento de que o Estado é passível de reformas orientadas tanto para a superação de características críticas de sua atuação (...) como para sua adequação aos desafios, pela reestruturação e pelo processo – ainda inconcluso – de democratização (FARAH, 2000, p. 5).

Algumas experiências desenvolvem-se no seio dos movimentos populares pelo processo da contestação e coloca à sociedade o desafio de buscar projetos pautados em princípios de cooperação e sustentabilidade, questionando a estrutura socioeconômica vigente baseada no neoliberalismo e na idéia do “Estado mínimo”. Esses projetos vislumbram, a geração de emprego e renda, e estão fundamentados numa proposta autogestionária. Após a redemocratização brasileira, tem sido possível, as eleições de governantes, nas três esferas de governo, originadas de movimentos sociais e/ou religiosos, muitos desses ligados as Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s, grupos criados pela Igreja Católica, cuja luta política é dotada de comprometimento com a igualdade e a justiça social, integrando a sociedade civil com poder da gestão. A participação cidadã ganha vultosa importância pelo fato de que os governos oriundos de movimentos sociais organizados têm interesses e valores a defender coletivamente, obtendo uma feição muito mais politizada, tratando-se da possibilidade de inclusão de novos protagonistas na negociação acerca do que se entende por interesses públicos e definição de políticas que contemplem as necessidades e anseios da grande massa, outrora excluída do processo democrático, negando, assim, o modelo neoliberal. Para Caccia-Bava (2003, p. 29):

A mudança recentíssima na conjuntura brasileira, com a eleição de Lula para Presidente da República, é parte da expressão desse processo de mobilização cidadã. Trata-se (...) da reconfiguração das relações de poder, onde o discurso neoliberal hegemônico começa a ser desafiado por um novo projeto político que não tem mais a satisfação das demandas “do mercado” como seu interesse maior, mas, pode afirmar o primado de um projeto de radicalização democrática e redução das desigualdades como centro de suas preocupações.

A cooperação social é imprescindível e os gestores públicos necessitam de interlocutores, que, articulados em rede, possibilitem conhecer mais proximamente as necessidades de uma classe mais necessitada, fazendo reverberar a possibilidade de resolução, ou, de mitigação dos problemas sociais.

A Rede Pintadas e suas relações institucionais

O município de Pintadas está situado no Semi-Árido baiano, distante 254 km de Salvador. Segundo o IBGE (2006), possui área de 531,4 km² e sua população é de 11.308 habitantes. Assistimos, neste município, à proliferação de iniciativas autônomas de grupos organizados na sociedade civil, visando à produção de atividades que fomentam o desenvolvimento local concretizando objetivos de natureza social, política e cultural. Conforme sinaliza Fonseca (2005), muitos municípios brasileiros vêm adquirindo um protagonismo nunca anteriormente visto, pois passaram a canalizar um crescente número de iniciativas políticas e econômicas inovadoras, designadas a resolver sérios problemas que afetam as coletividades locais e que também atingem diretamente o cotidiano e a qualidade de vida dos cidadãos.

Tem-se discutido consideravelmente a respeito do desenvolvimento local, desde o seu significado até os meios de alcançá-los, o que se tem tornado uma noção polissêmica. Porém, é válido ressaltar que não existe receita pronta para tal, muito menos metodologia ou recursos que garantam por si sós o desenvolvimento. No entanto, é consensual que desenvolvimento local está atrelado diretamente a melhoria gradual da qualidade de vida de uma determinada população, conforme aponta diversos estudiosos da temática.

Para analisar e contextualizar as ações do Desenvolvimento Local, tomamos como base a metodologia de Brose (2000), onde estrutura cinco dimensões para o desenvolvimento local:

1. **Inclusão social** – Consiste na política social, cujo princípio norteador seria a procura de equidade;
2. **Fortalecimento da economia local** – Identifica e valoriza as potencialidades econômicas do local;
3. **Inovação da gestão pública** – Dota o setor público de maior capacidade de gestão, voltando-se para as demandas do desenvolvimento humano;
4. **Gestão ambiental e uso racional dos recursos naturais** – Elabora uma política ambiental visando a uma preservação e/ou utilização racional dos recursos naturais do município;
5. **Mobilização da sociedade** – Cria mecanismos para uma ativa participação do cidadão, buscando um engajamento e diversificação da sociedade civil para possibilitar que as demandas da comunidade sejam levadas em consideração nos processos decisórios.

Ponderando a respeito dessas dimensões no processo de desenvolvimento local em sua complexidade, verificamos até que ponto a articulação da “Rede Pintadas” contribui para o cumprimento de todas essas funções, buscando entender as estruturas de poder local no município de Pintadas. Ainda para Brose (2000), o Desenvolvimento Local é visto como meio de promover o fortalecimento da democracia, permitindo a participação ativa do cidadão sobre a gestão pública, além de constituir um meio importante de combate à pobreza de promoção de inclusão social, gerando fontes de emprego e renda. Como a idéia de rede, a análise de sua cooperação implica buscar as formas de articulação entre o local, o nacional, e o global nas interconexões institucionais cujos princípios humanísticos permitem reciprocidade e intercâmbio de solidariedade entre os protagonistas sociais diversos. Para Martinho *apud* Brose (2000), os elementos fundamentais para o funcionamento da rede são: valores compartilhados, autonomia, vontade, multiliderança, descentralização e múltiplos níveis. Oliveira (2001) propõe que o desenvolvimento local pode criar um lócus interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum, sugerindo que o governo pode estar ao alcance das mãos dos cidadãos.

Conforme aponta Boisier *apud* Haddad (2004), o desenvolvimento de uma localidade, em longo prazo, resulta fundamentalmente da sua capacidade de organização social e política para afeição o seu próprio futuro (processo de desenvolvimento

endógeno), o que se relaciona, em última instância, com a disponibilidade de diferentes formas de capitais intangíveis na localidade. Assim, um processo de desenvolvimento endógeno é idealizado e praticado a partir da competência que dispõe determinada comunidade para a mobilização social e política de recursos humanos, materiais e institucionais, em uma localidade específica.

Um caminho promissor nessa direção parece estar sinalizado pelo Capital Social. Sua concepção representa avanço epistemológico na tentativa atual de construir novas categorias de análise do desenvolvimento local. De acordo com D’Araujo (2003, p. 10), o capital social “(...) expressa basicamente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos”. Assim, o capital social entra em cena com o papel de resolver problemas sociais, através da cooperação espontânea.

No município de Pintadas, há uma afirmativa de que a participação da sociedade civil é um ingrediente primordial para uma formulação mais democrática das políticas públicas locais, na definição de estratégias de desenvolvimento local. A reforma democrática no governo municipal em Pintadas baseou-se na necessidade de modificar o quadro político oligárquico existente, o qual veio a ser substituído pela representação de outros atores governamentais, não governamentais e institucionais. A inserção desses cidadãos oportunizou uma reforma da gestão pública, inspirada em pressupostos verdadeiramente democráticos. Para Vieira (2005), a noção de sociedade civil agora representa uma terceira dimensão da vida pública, diferente do governo e do mercado. A gênese do projeto Rede Pintadas está eminentemente ligada ao trabalho de conscientização e mobilização articulada pelas CEB’s e Pastorais da Igreja Católica local. Em 1985, dezesseis famílias foram expulsas de suas terras na Comunidade do Lameiro por um grileiro, o que gerou forte solidariedade dos agricultores do município às famílias. Com decisivo apoio da Igreja Católica e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, promoveram mutirões, negociações políticas e contestações, fazendo com que, em 1987, o programa de reforma agrária do governo federal desapropriasse os 250 hectares dessa terra para assentar as famílias que haviam sido expulsas.

Foram promovidos intercâmbios entre as famílias assentadas e as instituições estatais, tais como a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia – CAR, a Secretaria de Planejamento do Governo do Estado da Bahia, a Superintendência de

Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia – EMATER-BA. De acordo com Moura et al (2002), os grupos sociais envolveram-se nos processos comunicativos dos diferentes níveis da cotidianidade, reforçando os princípios de comunidade, fraternidade, solidariedade, e desenvolveram uma consciência de direitos humanos que se traduziu, inicialmente, na luta da terra; em seguida, na dignidade dos homens e mulheres que nela trabalham. Decorrente dessa luta, as reservas de capital social adensaram-se, configurando o arcabouço para se erigir o Projeto Pintadas/BNDES, cujo papel foi absolutamente extraordinário, na medida em que colocou os produtores em contato com instituições externas e internacionais, que apóiam até hoje o desenvolvimento do município. A Rede Pintadas é uma organização informal, que reúne as onze entidades do município de Pintadas e agrupa organizações multissetoriais. Suas funções primordiais traduzem-se em fomentar o desenvolvimento local no município e, concomitantemente, aumentar suas reservas de capital social, melhorando a qualidade de vida da população. Esse planejamento estratégico, articulado em rede, configura a participação de todos os grupos sociais de modo que venha facilitar a integração das ações existentes e melhor atingir os objetivos da comunidade pintadense. Outro fator que deve ser destacado nas organizações sociais em análise é o processo de endogenia para o seu desenvolvimento das organizações, no qual são valorizados as potencialidades e os interesses intrínsecos da comunidade. As instituições integrantes da Rede assemelham-se no seu conjunto de preceitos e valores e possuem objetivos comuns. Atuam como organizações sociais, produtivas, culturais e religiosas, formalizadas através da Associação das Entidades de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Pintadas, e tem como público prioritário de suas ações organizações civis, sindicatos, conselhos de políticas públicas, trabalhadores rurais, pessoas excluídas dos meios de produção convencional, entre outros.

As parcerias institucionais conectadas com o projeto servem de estímulo à captação e disponibilização de recursos financeiros para os diferentes setores sociais. As organizações participantes são de diferentes escalas, do local ao global (TEIXEIRA, 2001) e fomentam o desenvolvimento da Rede Pintadas.

Ao avaliarmos a Rede Pintadas, consideramos o elevado grau de interdependência entre as diferentes partes do tecido sócio-econômico, assim como entre todos os agentes que a constituem em suas diferentes escalas políticas.

Acreditamos que a Prefeitura Municipal merece destaque pela densa ligação com a Rede, o que a faz ser reconhecida através da cooperação e do atendimento às demandas sociais. Diferentemente das gestões anteriores, centralizadora das decisões, desde 1997, o sistema de governo municipal de Pintadas permitiu-se integrar a Rede e caracterizar-se legitimamente como uma “Prefeitura de Participação Popular”, concedendo voz e vez a toda sociedade através dos seus representantes, legitimando um modelo de democracia participativa. A respeito da descentralização da administração pública, Paddison *apud* Milani (2005, p. 06) afirma:

A descentralização é fundamental na construção da institucionalidade participativa, visto que não haveria nada mais desgastante para a participação do cidadão e das organizações da sociedade civil do que uma série de discussões sem a posterior implementação das decisões.

De acordo com Fischer e Nascimento (2003), para Neusa Cadore, ex-Prefeita de Pintadas, não há dicotomia conflituosa entre a de “poder público versus rede” já que a experiência baseia-se numa “nova espécie de relações das pessoas com o poder público local”, na qual os cidadãos, de fato e de direito, apropriam-se da gestão pública.

No ano de 1998, foi criado o Centro Comunitário de Serviços de Pintadas – CCSP, proposta do Projeto Rede Pintadas, que trabalha como instituto que desenvolve a inter-relação entre as outras instituições que integram a Rede, além de ser a sede física, com infra-estrutura de apoio. Este foi o primeiro e mais importante projeto, economicamente falando. Com o seu surgimento, tem-se tentado articular com outras instituições, e vem-se angariando fundos para criar alternativas de produção e geração de renda, permitindo à população do semi-árido aperfeiçoamento para a convivência com a seca, diminuindo o fluxo migratório das centenas de homens que saem a procura de trabalho na região Sudeste do país. Entre os desafios em que a Rede se depara, está a melhoria da qualidade da educação, a redução da vulnerabilidade ambiental, dos conflitos sociais, da violência contra a mulher e a juventude, a redução da pobreza, da miséria e da exclusão, a promoção da diversidade cultural e a viabilidade do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação. A Rede possui onze entidades que a compõe: Associação Comunitária Rural Boa Sorte; Associação Cultural e Beneficente Padre Ricardo; Associação das Mulheres Pintadenses; Associação dos Apicultores de Pintadas; Associação Mantenedora Escola Família Agrícola; Centro Comunitário de Serviços de Pintadas; Companhia de Arte Cênica Rheluz; Cooperativa Agroindustrial

Pintadas; Cooperativa de Crédito Rural Pintadas; Paróquia Nossa Senhora da Conceição; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas.

Rede Pintadas - Desenvolvimento Local e Capital Social

Conforme constatamos através de nossa pesquisa, a Rede Pintadas contempla as cinco dimensões de Desenvolvimento Local propostas por Brose (2000), através de uma plena articulação das instituições a ela vinculadas. Essa desenvoltura sócio-territorial permite sinalizar que a Rede consegue incluir o município de Pintadas na concepção de ‘Município Saudável’, proposto pelo Ministério da Saúde, cuja definição é:

O município saudável é aquele onde todos os cidadãos encontram as condições para viver bem e se sentem integrantes e participantes das decisões. Viver bem implica dispor de moradia em condições adequadas, acesso à água potável, sistema de esgotamento sanitário (...) oportunidades de trabalho e renda suficiente para garantir acesso às condições básicas de sobrevivência. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1999 *apud* BROSE 2000, p. 96).

Esses objetivos são contemplados na troca de experiências com entidades parceiras, correspondendo a implicações como a participação social, a vontade e decisão política voltadas para satisfazer os anseios da comunidade local. Por essa desenvoltura um projeto ligado a Rede Pintadas, denominado “*Pintadas Solar*”, levou a Promotion of Resource Efficiency Projects – PREP, a reconhecer Pintadas como uma das poucas cidades da América Latina que consegue atingir as especificidades de equilíbrio ambiental e sustentabilidade. No âmbito nacional, a cidade ganhou o prêmio “Gestão Pública e Cidadania” pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ficando entre as cinco melhores - das 980 experiências analisadas por essa fundação - como uma das mais inovadoras do país no ano de 2002. Também, recentemente, obteve o Selo de Certificação do UNICEF, que simboliza o reconhecimento da gestão pública pelas políticas de investimento voltadas para garantir os direitos de crianças e adolescentes. Todos os esforços da Rede têm alterado significativamente a qualidade de vida da população local, de modo que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) saltou de 0,37 no ano de 1997 para 0,62 no ano de 2000, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

As cinco dimensões do Desenvolvimento Local estudadas foram classificadas e organizadas no âmbito das propostas e ações das instituições integrantes da Rede Pintadas, das quais obtivemos os resultados apresentados a seguir:

- **Escola Família Agrícola de Pintadas – EFAP:** Criada em 1994 para formar filhos de agricultores que aprendem convivendo na família, na comunidade e na escola em sessões quinzenais alternadas. Inicialmente, obteve apoio de uma instituição internacional e, atualmente, tem apoio da Prefeitura. Na EFAP, além da modalidade normal de ensino, há o treinamento para atividades rurais como criação de cabras, porcos, galinhas e abelhas, cultivo de hortas, técnicas modernas de plantio adequadas à realidade das comunidades locais, fabricação de rações. Tais ações visam a incentivar a permanência desses jovens ao lado de suas famílias no campo ajudando a fortalecer a agricultura familiar.
- **Paróquia Nossa Senhora da Conceição:** Integra a Rede com apoio religioso e social, sendo responsável pelo processo de conscientização das comunidades acerca de temas sociais como: seca, miséria, pobreza, oportunidades, educação, opressão, terra, reforma agrária e política; promovendo o desenvolvimento de uma consciência dos direitos e deveres dos cidadãos.
- **Companhia de Artes Cênicas Rheluz – CINERHELUZ:** Promove o desenvolvimento cultural da cidade através do resgate da cultura local em eventos e atividades de artes cênicas, buscando o desenvolvimento de artistas do próprio município e incentivando os jovens e adolescentes a procurarem formação no âmbito artístico. Leva para as escolas oficinas artísticas e realiza anualmente na cidade a semana cultural promovendo espaços de debates sobre políticas de desenvolvimento e incentivo artístico-cultural. São desenvolvidas atividades gratuitas como shows, oficinas, seções de cinema, teatro, poesias e festivais, levando a comunidade local e regional entretenimento, diversão e cultura popular.
- **Associação de Mulheres de Pintadas – AMP:** Surgiu a partir da necessidade de organizar questões de Gênero e Saúde da Mulher. A AMP já conseguiu organizar mais de vinte empreendimentos individuais junto à Cooperativa de crédito rural. Fundou, também, a estação digital TELEPINTADAS, que contribui para a inclusão digital da sua população, cujo quadro de alunos fazem parte: suas integrantes,

adolescentes do Projeto Padre Ricardo e agentes de saúde municipal, beneficiando diversas faixas etárias da população. Em parceria com a instituição de cooperação internacional DISOP, da Bélgica, a AMP conseguiu envolver diretamente as mulheres nas atividades de geração de emprego e renda, através da concretização do empreendimento comunitário “*Delícias do Sertão*”, que desempenha atividades como padaria, lanchonete, comercialização e produção de alimentos como doces, bolos e salgados e restaurante.

- **Associação Comunitária Beneficente Padre Ricardo – ACBPR:** Sua principal missão é proporcionar formação para crianças e jovens, através da criação de oportunidades educativas, culturais, esportivas, profissionais, religiosas e assistenciais. As principais ações desta instituição são: o oferecimento de cursos profissionalizantes aos adolescentes nas áreas de marcenaria, artesanato, capoeira, percussão e música; instalação e funcionamento, de forma eficaz, de um Banco de Sementes para os beneficiados da associação. Possui capital humano e material didático para desempenhar o trabalho de forma primorosa com educandos, famílias e rede municipal de educação.
- **Centro Comunitário de Serviços de Pintadas – CCSP:** Desenvolve a inter-relação entre as demais instituições que integram a Rede. Possui como principal meta tornar-se referência regional na realização de assistência técnica e extensão rural para o desenvolvimento da agricultura familiar, buscando a promoção de atividades educacionais, culturais e de promoção social, a fim de estimular a solidariedade entre seus associados e incentivar o desenvolvimento comunitário do município. Elabora projetos de interesses das pequenas comunidades rurais e dos trabalhadores urbanos de Pintadas e desenvolve mecanismos favoráveis para a comercialização de produtos e aquisição de insumos por parte dos pequenos produtores. As principais ações do CCSP para promover o Desenvolvimento Econômico Sustentável foram: em 1988, elaborou, executou e administrou o Projeto Pintadas, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que atendeu a 240 famílias em 32 comunidades rurais; construiu 38 barragens de pequeno e médio porte e 240 cisternas domiciliares; em 1996, trouxe e implementou a Escola Família Agrícola - EFA de Pintadas, que tem como proposta um ensino contextualizado com a realidade local.

- **Cooperativa Agroindustrial Pintadas – COOAP:** Tem como missão principal o fornecimento de produtos derivados de caprinos, bovinos e ovinos, com garantia de qualidade nos mercados interno e externo, o que vem promovendo o desenvolvimento da região, através do fortalecimento da agricultura familiar. Ganhou destaque na “Região Sisaleira”, por conta da implantação de um abatedouro e de um frigorífico com potencial de abate diário de cerca de 100 animais.
- **Cooperativa de Crédito Rural de Pintadas – SICOOB SERTÃO:** Tem objetivos sociais de incentivar o cooperativismo, proporcionando formação educacional e assistência financeira para os associados, e, por se tratar de uma organização sem fins lucrativos, destaca-se como instituição financeira não-bancária, que contribui para o desenvolvimento econômico do município de Pintadas através da concessão de crédito com taxas mais acessíveis principalmente para os pequenos produtores.
- **Prefeitura Municipal de Pintadas – PMP:** Peça chave da Rede Pintadas, é a comunhão dos interesses públicos com os interesses coletivos da comunidade, separando o ângulo político partidário do ângulo político e social. Os governos de Neuza Cadore (1997-2004) e, posteriormente, de Valcyr Rios (2005 – atual) conseguiram driblar problemas históricos no seu município, através do apoio de organizações locais, regionais e agências internacionais de cooperação. Nos fóruns promovidos pela gestão municipal e comunidade local, constrói-se um processo permanente de discussão e definição de prioridades do mandato, bem como das tarefas emergenciais do gestor municipal. Indubitavelmente, constitui-se espaço de contribuição para o empoderamento e a ampliação do capital social e da organização da sociedade civil.

Considerações Finais

As mobilizações e organizações na escala local indicam um novo contexto, cujas mudanças apontam para a diminuição das desigualdades sociais, além de modificar o desempenho da gestão municipal, institucionalizando a política de desenvolvimento local que, nesse caso, materializa-se através do Projeto Rede Pintadas, que tem contemplado as cinco dimensões do Desenvolvimento Local que nortearam essa pesquisa. Nesse trabalho, torna-se notório que a Rede Pintadas, por meio dos seus

pressupostos de Desenvolvimento Local, tem melhorado as condições de vida da população, através do envolvimento dos diversos grupos que participam enquanto poder local, contribuindo para a democratização do poder político. Porém, foi constatado que no quesito “Gestão Ambiental e uso Racional dos Recursos Ambientais”, as ações desenvolvidas pelas instituições ainda são poucas diante dos problemas enfrentados, e que, quanto a essa especificidade, não contemplam de forma plausível os princípios propostos por Brose (2000).

No que concerne a dimensão de Desenvolvimento Local, a Rede Pintadas demonstrou sempre um alto nível de protagonismo. Destaca-se na promoção de projetos e ações relacionados à mobilização social, estimulando o protagonismo juvenil, o fortalecimento da capacidade de auto-gestão e co-gestão comunitária, dando ênfase na organização dos atores locais através das instituições que os representam. Tem demonstrado que as iniciativas a partir da sociedade civil, bem como as parcerias com o setor público e privado podem contribuir para dinamizar o território e proporcionar qualidade de vida aos seus habitantes. No entanto, ainda há muito que fazer, já que o espaço é dinâmico e dialógico, e as necessidades vão-se modificando com o tempo. É preciso continuar com essa prospecção articulativa para que as futuras gerações consigam perpetuar um legado forte e significativo de solidariedade, responsabilidade social, poder político e o respeito pela vida em todos os âmbitos.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Rute, HAMMES, Lúcio Jorge. Educação de jovens e construção do capital social. In: BAQUERO, Marcello e CREMONESE, Dejalma (Orgs.). **Capital Social: Teoria e Prática**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2006.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a Democracia e o Desenvolvimento Local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

CACCIA-BAVA, Sílvio. **A Produção da Agenda Social: Uma discussão sobre contextos e conceitos**. São Paulo: Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2003. Disponível em:

<http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=152>. Acesso em: 13 jun. 2008.

CASTRO, Iná Elias de. **O Mito da Necessidade: Discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

COSTA, Frederico Lustosa e CUNHA, Augusto Paulo Guimarães. Pensar o Desenvolvimento a partir do Local: Novos desafios para os gestores públicos. In: VERGARA, Sylvia Constant e CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida. **Proposta para uma gestão pública municipal efetiva**. São Paulo: Editora FGV, 2003, p.69-88.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Parcerias, Novos arranjos Institucionais e Políticas Públicas Locais**. São Paulo: Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2000. Disponível em:

<http://www.polis.org.br/obras/arquivo_pdf_0310>. Acesso em: 10 fev. 2008.

FISCHER, Fernando, e NASCIMENTO, Antônio. Projeto Rede Pintadas. In: LOTTA, Gabriela Spanghero, BARBOZA, Hélio Batista, TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho e PINTO, Verena (Orgs.). **20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo: Escola de Administração de Empresa - FGVSP, 2003. Disponível em:

<<http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Experi%C3%A2ncias/2002/1%20-%20rede%20pintadas.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2008.

FONSECA, Antônio Angelo. M. **Instituição e desenvolvimento territorial. O desempenho municipal após a descentralização**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2005.

HADDAD, Paulo R. Cultura Local e Associativismo. **Seminário BNDES: Arranjos Produtivos Locais**, 2004. Disponível em:

<<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/apl.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2008.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

MCGEE, Rosemary, NIERRAS, Rose (Orgs.). **Marcos legais para a participação cidadã: relatório síntese**. São Paulo: Instituto Polis: LogoLink / Fundação FORD, abr. 2003. Disponível em:

<[http://www.logolinkla.org/conteudos/documentos/marcos%20legais_internet\(1\).pdf](http://www.logolinkla.org/conteudos/documentos/marcos%20legais_internet(1).pdf)> Acesso em: 15 jun. 2008.

MILANI, Carlos R. S. **Capital Social, participação política e desenvolvimento local: Atores da sociedade e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, 2005. Disponível em:<<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/>>. Acesso: 03 out. 2008.

MOURA, Maria Suzana et al. Gestão do desenvolvimento local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam as práticas. **Revista de Administração Pública – RAP**. Rio de Janeiro: p.610-625, jul./ago. 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? In: CACCIA-BAVA, Sílvio, PAULICS, Veronika, SPINK, Peter (org). **Novos Contornos da Gestão Local: conceitos em construção**. São Paulo: Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2001. Disponível em:

<http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=152>. Acesso em: 15 fev. 2008.

PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano (2000)**. Disponível em:

<www.pnud.org.br/IDH-M%2091%202000%20Ranking%20>. Acesso em: 15 jun. 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. Revisão de Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva e Sandra Garcia. São Paulo: Loyola, 1993.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Local e o Global: Limites e desafios da participação cidadã**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.